

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 28 de abril de 2025 - Ata n.º 31.

Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Alexandre Curi**, secretariado pelos Sr.ºs Deputados **Tercílio Turini** (na função de 1.º Secretário) e **Maria Victória** (2.ª Secretária), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **31.ª Sessão Ordinária da 3.ª Sessão Legislativa da 20.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a Sessão Ordinária desta segunda-feira. Consulto o 1.º Secretário se há Expediente a ser lido.

1.º SECRETÁRIO (Deputado Tercílio Turini – MDB): Sim, Sr. Presidente. (Procedeu à leitura dos documentos protocolados no Expediente do dia.)

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos recebidos pela Assembleia, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 194/2025** do Ministério da Educação, em resposta a Requerimento de autoria do Deputado Requião Filho; **Ofício n.º 240/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 119/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.369; **Ofício n.º 241/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 111/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.368; **Ofício**

n.º 242/2025 do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 787/2024, que foi convertido na Lei n.º 22.366; **Ofício n.º 243/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 88/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.365; **Ofício n.º 244/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 39/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.367; **Ofício n.º 245/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei Complementar n.º 2/2025, que foi convertido na Lei Complementar n.º 279; **Ofício n.º 246/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 22/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.370; **Ofício n.º 247/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 750/2024, que foi convertido na Lei n.º 22.372; **Ofício n.º 248/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 519/2024, que foi convertido na Lei n.º 22.371; **Ofício n.º 792/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a Requerimento do Deputado Goura; **Ofício n.º 793/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a Requerimento do Deputado Renato Freitas; **Ofício n.º 794/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a Requerimento do Deputado Requião Filho; **Ofício n.º 795/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a Requerimento do Deputado Ney Leprevost; **Ofício n.º 797/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a Requerimento do Deputado Requião Filho; **Ofício n.º 798/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a Requerimento da Deputada Marli Paulino; **Ofício n.º 799/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a Requerimento do Deputado Professor Lemos; **Ofício n.º 800/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a Requerimento do Deputado Paulo Gomes; **Ofício n.º 801/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a Requerimento da Deputada Luciana Rafagnin; **Ofício n.º 802/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a Requerimento do Deputado Evandro Araújo; **Ofício n.º 803/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a Requerimento do Deputado Requião Filho; **Ofício n.º 804/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a Requerimento do Deputado Batatinha; **Ofício n.º 805/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a Requerimento do Deputado Romanelli; **Ofício n.º 807/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a

Requerimento do Deputado Ney Leprevost; **Ofício n.º 808/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a Requerimento do Deputado Anibelli Neto; **Ofício n.º 240/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 1/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.390; **Ofício n.º 754/2025** do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Anteprojeto de Lei (**autuado sob o n.º 261 /2025**) que cria uma Vara Judicial na Comarca de Cianorte, um cargo de Juiz de Direito de Entrância Final e os respectivos cargos em comissão de livre provimento, e altera os anexos da Lei n.º 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná; **Ofício n.º 9.499/2025** do CNPQ, comunicando a celebração do convênio CNPQ Fundação Araucária, cujo objetivo consiste em implantar o programa pesquisa para o SUS Gestão Compartilhada em Saúde; **Comunicado** da Caixa Econômica Federal, informando o repasse de crédito financeiro relativo ao programa de aperfeiçoamento do SUS, firmado com a Universidade Estadual de Maringá.

Mensagens: (Encaminhadas à Diretoria Legislativa para providências.)

Mensagem n.º 31/2025 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei Complementar (**autuado sob o n.º 5 /2025**) que altera a Lei Complementar n.º 245, de 30 de março de 2022, que institui o Quadro Próprio da Polícia Penal do Estado do Paraná;

Mensagem n.º 32/2025 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (**autuado sob o n.º 259/2025**) que altera a Lei n.º 21.926, de 11 de abril de 2024, Código Estadual da Mulher Paranaense; **Mensagem n.º 33/2025** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (**autuado sob o n.º 260/2025**) que altera a Lei n.º 18.877, de 27 de setembro de 2016, que dispõe sobre processo administrativo fiscal e o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais.

Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Passamos ao horário do Pequeno Expediente. Primeira oradora inscrita: Deputada Mabel Canto.

DEPUTADA MABEL CANTO (PP): Boa tarde, Deputadas, Deputados, a todos que nos acompanham pela *TV Assembleia*. Hoje quero fazer aqui um convite muito especial para todos vocês, Deputados, Deputadas, a todos vocês que trabalham na Assembleia, que estão visitando a nossa Casa. Está acontecendo aqui na Assembleia Legislativa uma ação muito importante que é promovida pela Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, é o *Family Search*, que é o maior acervo de genealogia do mundo, que está disponível gratuitamente para a população, no nosso espaço cultural, até a próxima quarta-feira. Quero agradecer aqui a presença dos Sr.^s Leonaldo Ferreira Nunes, que é um dos principais nomes da genealogia do Brasil; do Dr. Marcelo Gayer, representante do *Family Search* no Brasil; o José Viana Campos Júnior, da Regional de Curitiba; Bruno Augusto, presidente da Estaca São Lourenço Curitiba; e do Moro, que é o presidente da Estaca Ponta Grossa. Sejam bem-vindos a nossa Casa. É uma oportunidade para quem quer começar a descobrir mais sobre suas origens, montar a própria árvore genealógica e se conectar com a história da sua família. Os voluntários estão no local ajudando a criação das contas, orientando para os primeiros passos na plataforma. Também tem equipamentos disponíveis e explicações sobre como utilizar o aplicativo *Árvore Familiar*. E também o *Family Search* tem mais de 16 bilhões de registros e 9 milhões de sobrenomes cadastrados no mundo todo, sendo mais de 700 mil aqui no nosso País. É emocionante ver tantas pessoas redescobrimo seus antepassados, fortalecendo as raízes da sua vida. Inclusive, fiz a minha árvore, fiquei fascinada com os resultados. Contava aqui para eles que pude, juntamente com a minha avó de 88 anos, redescobrir um pouco da história da nossa família. Quero parabenizar a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, a todos os voluntários envolvidos por este trabalho tão bonito que resgata memórias, valoriza a família e aproxima gerações. Nada é maior do que a nossa família. Conhecer a história da nossa família é se reconhecer. É um privilégio termos esse trabalho aqui na nossa Assembleia, acontecendo dentro da nossa Casa, que é a Casa do Povo do Paraná. Então, muito obrigado a vocês por

estarem aqui na Assembleia Legislativa trazendo esse trabalho tão bonito que vocês fazem para a nossa população do Estado do Paraná. E, Presidente, também quero comentar e agradecer: hoje me tornei uma Progressistas. Quero agradecer o convite da minha filiação feita pela nossa Presidente estadual do Partido, Deputada Maria Victoria. Muito obrigada, Maria Victoria. É uma honra me somar a você, à nossa sempre Governadora Cida Borghetti, ao nosso Deputado Federal Ricardo Barros, esse que é uma das maiores forças políticas do Estado do Paraná, o Progressistas. E é uma honra estar ao lado de vocês para continuar o trabalho que já fazemos aqui na Assembleia e ampliar ainda mais esse trabalho, em especial pelas mulheres, porque agora, juntamente com você, Deputada Maria Victoria, e com a Deputada Cristina Silvestri somos a maior bancada feminina da Assembleia do Paraná. Que orgulho estar na família Progressistas, no Partido Progressistas, Maria Victoria. Muito, muito obrigada. E obrigada aos nossos colegas que estiveram hoje lá prestigiando a nossa filiação.

DEPUTADA MARIA VICTORIA (PP): *Pela ordem*, Sr.^a Presidente.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Sim.

DEPUTADA MARIA VICTORIA (PP): Gostaria só de desejar boas-vindas da família Progressistas à Deputada Mabel Canto, essa mulher guerreira, que fez uma campanha extraordinária em Ponta Grossa, e hoje filiamos a Mabel e também a Sandra Queiroz, que disputou como vice. Mabel, é uma honra, um orgulho para nós tê-la conosco nesta caminhada, realmente engrandece muito o partido. A Joce é a Vereadora mais bem votada de Ponta Grossa, que já está no Progressistas, o Jocelito... Então, a sua família tem uma trajetória de boa política, de valores, de princípios e que são muito, muito bem-vindos agora no Progressistas. E é um orgulho você, como a nossa líder da Bancada Feminina, que faz um trabalho extraordinário aqui na Assembleia Legislativa. Tenho muito orgulho de ser sua colega aqui e agora também colega de partido. Obrigada, Mabel.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Próximo orador: Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): Muito obrigado, Sr.^a Presidenta, Deputada Flávia Francischini. Deputados e Deputadas, subo aqui ao Plenário fazer uso da palavra neste Pequeno Expediente para fazer também uma apresentação sobre a oportunidade que tive, no mês passado, de representar esta Assembleia Legislativa em uma viagem com diversos Parlamentares à República Popular da China. Estive lá a convite do MST, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, junto com Parlamentares que, em todo Brasil, estão comprometidos com a luta pela reforma agrária, pela justiça no campo, pela busca de uma alimentação mais saudável, livre de agrotóxicos. E lá na China tivemos a imensa oportunidade de conhecer essa nação fabulosa, essa nação que tem uma história milenar e que, desde 1949, quando a China fez a sua Revolução Popular, que implantou o que se chama o socialismo com características chinesas, temos observado – eu pude observar presencialmente – avanços sociais incríveis. Desde 2021, a China eliminou a pobreza. Estamos falando de um território de 1 bilhão e 400 milhões de pessoas. E você anda pela China – estive em Shanghai, em Beijing, em Suzhou, Nanjing e Rongjiang, também uma área rural –, observamos diretamente que a China conseguiu, em uma tecnologia social, com políticas públicas muito avançadas, eliminar a pobreza, eliminar a fome. Visitamos lá iniciativas de vanguarda na área da agricultura familiar, na área de pesquisa de bioinsumos e, junto com o MST, estamos trabalhando para que essas tecnologias venham para o Brasil. Especificamente esse projeto de bioinsumos, Deputado Lemos, da cidade de Suzhou, da Universidade Agrícola da China. Ele já está com projetos pilotos para serem implantados junto à UnB, a Universidade de Brasília, e ele consiste justamente no tratamento dos resíduos orgânicos para geração de fertilizantes orgânicos para a agricultura familiar; um projeto, sem sombra de dúvidas, fantástico. Também tivemos oportunidade de visitar empresas que fabricam maquinários agrícolas para pequenas propriedades, para a agricultura familiar, pequenas máquinas justamente para que as pequenas propriedades possam aumentar a sua produção e otimizar a sua produção. Queria fazer esse destaque,

Sr.^a Presidenta, porque a China já é o maior parceiro comercial do Brasil, e é, também, o maior parceiro comercial do nosso Estado do Paraná. A China administra o terminal de *containers* de Paranaguá desde 2018, e vai ter essa concessão – tem essa concessão – até o ano de 2048. É muito, muito importante que os países do Sul global – tenho certeza que os Deputados e Deputadas conhecem esse termo... Esses países devem se unir na luta por uma justiça social, por uma busca de uma luta internacional que traga paz, prosperidade, a países que não estão alinhados com o império norte-americano, Deputada Luciana Rafagnin. Então os países do Sul global devem sim se unir, e a China, obviamente, tem um papel muito importante nessa questão, nesses grandes desafios. Também visitamos e tivemos oportunidade de conhecer um pouco mais sobre as cidades inteligentes, políticas de tecnologia, políticas de mobilidade, e o próprio Paraná já está, de certa forma, nessa discussão. E aqui concluo lembrando que o projeto que o próprio Governador Ratinho mencionou diversas vezes, do Corredor Bioceânico. Ele tem que contar com avanços, Deputado Gugu Bueno, que tragam para o Paraná melhorias efetivas de tecnologia. Falo isso porque estamos aqui em muitas manhãs discutindo a Ferroeste, discutindo o transporte ferroviário, a matriz ferroviária, e a China tem muito a nos ensinar nessa questão. Acho que temos a oportunidade de trazer não só a tecnologia para o transporte ferroviário de cargas, mas também pensarmos o transporte ferroviário de passageiros do nosso Estado. São questões para que, cada vez mais, o Paraná e a China devem buscar esse alinhamento. Fico muito grato aqui pelo apoio que recebi desta Mesa para essa viagem, como disse, representando a Assembleia, e que cada vez mais possamos unir os Países, os territórios do Sul global com vistas a esse desenvolvimento social tão importante. Que o Paraná também seja um território livre da pobreza e livre da fome. Muito obrigado.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Próximo orador: Deputado Fabio Oliveira. Gostaria de dar as boas-vindas, em nome da Deputada Mabel Canto, à Organização *Family Search*, os Senhores Marcelo e Leo; e também os representantes da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, Presidente Moro e Presidente Bruno. Sejam bem-vindos a esta Casa de Leis.

DEPUTADO FABIO OLIVEIRA (PODE): Senhora Presidente, boa tarde, boa tarde, 1.º Secretário Deputado Gugu Bueno, 2.ª Secretária Cloara, boa tarde. Boa tarde a todos os colegas. Senhora Presidente, celebramos neste dia 28 de abril o Dia Internacional da Segurança e Saúde no Trabalho. É com grande responsabilidade que trago até essa Casa de Leis para refletirmos sobre esse assunto e é o motivo que me traz até esta tribuna. Quero registrar aqui o reconhecimento e o respeito a uma causa que deve ser central a qualquer sociedade que valoriza a dignidade humana, a segurança e a saúde no trabalho. A vida é o maior presente dado por Deus e preservá-la em todos os ambientes, especialmente no ambiente de trabalho, é um dever moral, mas, acima disso, é um dever coletivo e também de nós, Deputados. É na preservação, na responsabilidade e também no cuidado com o próximo que colocamos em prática os valores cristãos que defendemos. Aliás, quero já destacar e parabenizar a todos os profissionais que atuam na promoção da segurança – engenheiros de segurança, técnicos, médicos do trabalho, enfermeiros, gestores, enfim, todos os profissionais ligados a essa área –, que, com esforço e compromisso, ajudam a construir ambientes mais seguros, salubres, dignos e produtivos para milhares de brasileiros e paranaenses. Como Engenheiro Civil, quero, nesta tribuna, reconhecer o papel essencial de instituições como o Crea-PR, o nosso Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná, presidido pelo meu amigo Clodomir Ascari, que com seriedade e competência atua na fiscalização, na orientação e na valorização dos profissionais que se dedicam à segurança do ambiente laboral – e não só isso, têm um papel social importantíssimo. E também não posso deixar de citar um grande trabalho realizado pela Associação Paranaense dos Engenheiros de Segurança, sob a liderança do Presidente Jucélio Marcos Joly, que tem se dedicado com seriedade e competência à valorização dos profissionais e também à promoção do ambiente de trabalho mais seguro em todo o Paraná. Como Coordenador da Frente Parlamentar de Engenharia, Agronomia, Geociência e da Infraestrutura e do Desenvolvimento Sustentável do Paraná, reafirmo meu compromisso com essa causa e coloco o meu gabinete à disposição para fortalecer iniciativas que visem à prevenção do

acidente, à valorização dos profissionais da área e também à promoção da vida no ambiente de trabalho. Que Deus abençoe cada profissional que luta com dedicação e responsabilidade para proteger vidas e construir um futuro melhor para todos nós paranaenses. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Próximo orador inscrito: Deputado Batatinha.

DEPUTADO BATATINHA (MDB): Boa tarde, Sr. Presidente, nossos Deputados, Deputadas, nossos colegas que trabalham conosco aqui na Casa, pessoal da imprensa, todos que assistem à *TV Assembleia*. Boa tarde a todos. O motivo da minha utilização da tribuna é para destacar um pouquinho sobre o Título de Cidadão Honorário para a D.^a Rozane Maria Dal Molin Pitol. A concessão desse título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná que estamos destinando para a D.^a Rosane, da cidade de Cafelândia, é uma homenagem ao seu compromisso inestimável com o desenvolvimento educacional e cultural. A D.^a Rozane Pitol contribuiu com a sua trajetória em solo paranaense, onde sua atuação tem promovido impactos duradouros e também, ao longo da sua caminhada, especificamente no meio da educação. A D.^a Rozane Pitol dedicou-se desde cedo ao ensino, atuando, inicialmente, como professora na Escola Theofânio Agapito Maltezo e depois, como diretora, também lecionou no Colégio Estadual Santos Dumont. A D.^a Rozane Pitol acabou mobilizando a comunidade para valorizar a educação como um caminho de transformação social. Sua atuação foi além das salas de aula, comprometida com o desenvolvimento educacional. Ela, na verdade, visitava as residências e acabava incentivando as famílias a matriculem seus filhos, tornando o acesso à educação uma realidade para muitas crianças. Como Secretária de Educação, Esporte e Lazer de Cafelândia, entre 2024 e 2012, a D.^a Rozane Pitol implementou políticas que elevam, que acabaram elevando o índice de desenvolvimento de educação básica, o Ideb, do município de Cafelândia, destacando-se e superando inclusive grandes cidades do Estado do Paraná. A D.^a Rozane Pitol, para nós, naquela região Oeste, principalmente para Cafelândia – todos nós ali da região Oeste do Paraná e

Cafelândia –, é um exemplo de cidadania, altruísmo e também de liderança cujas ações têm promovido o desenvolvimento de ciências e também de cultura no Estado do Paraná. Sua trajetória, na verdade, ilustra o impacto de uma vida dedicada ao ensino e também à formação de cidadania, valorização de cultura e de inclusão social, com a contribuição, o desenvolvimento educacional e cultural em Cafelândia, em toda aquela nossa região Oeste do Paraná. Por isso, que faço uso deste espaço para destacar e, ao mesmo tempo, pedir ajuda dos colegas Deputados e Deputadas para que possam nos ajudar na votação fazendo com que a D.^a Rozane Maria Dal Molin Pitol, justa e merecida essa homenagem, o Título de Cidadã Honorária. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Próximo orador pelo Pequeno Expediente: Deputado Ricardo Arruda. Com a palavra, Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, colegas Deputados, Deputadas, todos que nos acompanham aqui na *TV Assembleia*, a pergunta é: para onde o Brasil está indo? Para onde esse Brasil está indo na mão deste desgoverno do Lula, o ex-presidiário e a sua quadrilha? Aonde vamos parar com o Brasil? Setenta por cento da população diz que caiu o poder de compra, não consegue comprar mais, nem fazer um bom mercado. Não sou eu que estou dizendo, não. Não é questão ideológica, não, é a verdade no nosso Brasil. Todo lugar que o PT põe a mão, tem corrupção. É uma vergonha isso aqui. Nossos amigos da *Rede Globo*, vocês falam muito pouco agora. Amigos do STF que antigamente o Bolsonaro espirrava, vocês 48 horas para ele explicar. E agora? Um rombo de R\$ 6,3 bilhões no INSS e está todo mundo quieto. E aí, Xandão, o ditador de toga, vai ficar quietinho também? A maioria, vocês da Primeira Turma da Suprema Corte, deixando de lado o único cara sensato, o Fux, Ministro de carreira – único que está defendendo a lei e a Constituição Federal. O resto dessa Primeira Turma é uma vergonha ao Brasil, vocês não vão mandar prender ninguém? Vocês mandaram prender Felipe Martins e tantos outros no dia 8, sem crime, sem prova, sem filmagens, sem nada. Agora, um rombo desse de R\$ 6,3 bilhões, que estão roubando do aposentado, do povo brasileiro? Não é a

primeira vez, a mesma quadrilha do Lula já roubou lá atrás, no outro Governo dele. Vocês se lembram do Paulo Bernardo, o marido da amante, da “Coxa”? O mesmo roubo, só que aumentaram, aperfeiçoaram o roubo. O Presidente, o indicado do Lula para o INSS, foi avisado pela diretoria há 10 meses e não tomou nenhuma providência, tipo assim, *vamos deixar roubar mais e depois vamos fazer o que fazemos*. Por incrível que pareça, o sindicato que mais recebeu dinheiro, R\$ 100 milhões, foi o sindicato onde o irmão do ex-presidiário, do Lula, é o vice-presidente. Vergonha esse sujeito aqui. Esse Governo acabou, é um mar de corrupção, de roubalheira. *Ah, mas ele não fala palavrão, o Bolsonaro falava palavrão*. Palavrão atrapalha alguém? Você que nos acompanha, vai deixar de comprar em um mercado, por causa de um palavrão? Não, não é? Agora, esse Governo roubando o seu dinheiro e quebrando a economia do Brasil, você não vai conseguir comprar nada. O IBGE, uma fábrica de mentira. Enfim, tudo o que o PT põe a mão, tem fraude: um rombo de R\$ 8 bilhões nas estatais: Petrobras endividada; Correios quase quebrando. Não pagaram nem o plano de saúde dos funcionários, mas deram dinheiro para o Gilberto Gil fazer o *show* dele, de quase R\$ 5 milhões e outros *shows* que eles estão bancando. É uma vergonha, é um desrespeito com o dinheiro público, é uma inversão de valores. Não se aplica o dinheiro público em coisas importantes, em infraestrutura, para ajudar a população. Não! Gasta-se com besteira. Foi lá a Comitiva do Lula para o funeral do Papa, que era bem maior do que a Comitiva do Presidente Trump e do Milei. Mesmo o Brasil estando quebrado na economia, porque o que se arrecada não dá para pagar o que o Governo gasta. A máquina do Governo gasta tanto que, mesmo arrecadando trilhões aqui de impostos – aumentou o imposto de tudo –, não fecha a conta. O Lula não quer parar de gastar, continua levando o pessoal na viagem, na mordomia... Pouco, nem aí com você, população, com você trabalhador. Ele não respeita o dinheiro público. Ele usa o caixa do Governo como se fosse dele, da Janja e da quadrilha que ele colocou nos Ministérios, que... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Um minuto para V.Ex.^a concluir.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Vou concluir dizendo: este Governo derreteu, não existe mais governo PT, já passou da hora de pedir o *impeachment*, de pautar o *impeachment*. Peço a você, Deputado Hugo Motta: tenha vergonha na cara e coragem, para de agir feito um covarde, feito um ordinário, que, para defender a si próprio e ao seu pai, você está pondo o Brasil na lama. Você está deixando os que foram presos no dia 8 ilegalmente sem anistia. Que vergonha! Espero que esse Congresso se una e tome uma atitude decente, para que o Brasil volte ao lugar devido. Sabemos que no máximo, em dois anos, vai acabar o prazo de validade do ditador de toga, para o bem do Brasil. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Próximo orador inscrito: Deputado Tito Barichello. Esta Presidência agradece a presença do Deputado Federal Dilceu Sperafico. Com a palavra, Deputado Tito Barichello.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELLO (UNIÃO): Quero cumprimentar, inicialmente, o Ex.^{mo} Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Cumprimento o Líder do Governo, cumprimento o Líder da Oposição, cumprimento a imprensa livre que nos assiste. Cumprimento os cidadãos de bem que estão, aqui, hoje, presencialmente, na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, cumprimento você que me assiste na *TV Assembleia*. Utilizo a palavra, hoje, como Parlamentar, como Deputado Estadual, para trazer dois assuntos importantes. O primeiro deles, senhores, é um Projeto de Lei que está em primeira votação hoje, neste Plenário da Assembleia Legislativa, que impede, Deputado Arruda, que sejam criadas cotas para travestis, transexuais e pessoas não binárias em universidades estaduais. Digo isso, por quê? Porque na Unicamp, em São Paulo, cotas foram criadas para travestis, transexuais e pessoas não binárias, ou seja, aquelas pessoas que não sabem de que sexo são. Senhores, não existe nenhuma prova científica que mostre ou qualquer pesquisa que demonstre, que os travestis, transexuais e pessoas não binárias têm menos oportunidade de ascender profissionalmente ou de acessar uma universidade. A ideia das cotas é buscar solver injustiças, mas não existem injustiças no acesso às universidades em relação a travestis, transexuais e pessoas não binárias. Tudo isso vem da

cultura *woke* do PT, do Partido dos Trabalhadores, que, infelizmente, tomou conta de universidades públicas, como é a Unicamp, em São Paulo. Esta universidade pública, através dos alunos, exigiu – exigiu – que fosse inserido nas regras em lei o direito à cota, para as pessoas com esta orientação sexual. Isso é um absurdo. Essa cultura *woke* não vai prosperar aqui no Estado do Paraná. Por isso, teremos hoje em votação aqui nesta Casa, um Projeto de Lei que proíbe – proíbe – a estipulação de cotas para transexuais, travestis e pessoas não binárias. Não tenho nada contra, cada um pode ter a orientação sexual que quiser, mas não é por ter uma certa orientação sexual que vai ter vaga em escola pública, em universidade pública. Todos somos iguais, é o princípio da isonomia. E com base nesse princípio constitucional da isonomia, não podemos permitir. Peço apoio de V.Ex.^{as} então a este Projeto de Lei, que hoje será votado em primeira votação. Também uso a palavra, Sr. Presidente, para me manifestar, indignado, em relação à pena estabelecida pelo Supremo Tribunal Federal para Débora Santos, que é aquela moça evangélica, mãe de família, cabeleireira, que foi a Brasília protestar, e com um batom marcou a estátua da Deusa Themis com a frase: “*Perdeu Mané*”. Pois bem, teve ela uma pena de 14 anos. E a pergunta que fica: esta é a pena aplicada para pichadores? Se fosse, o Deputado Renato Freitas estaria cumprindo prisão perpétua, mas não é, porque praticamente não existe uma consequência penal para os pichadores, é um crime de menor potencial ofensivo. Então, como pode Débora Santos, que pichou uma estátua, não ter uma consequência penal? E mais, quando analisamos o Direito – que é unívoco, ele é uno em relação aos 27 Entes Federativos, ou seja, é a mesma lei para todo o Brasil –, vemos Fernando Collor de Mello, um corrupto de carteirinha, que desviou mais de R\$ 20 milhões, e está com uma pena de oito anos de reclusão. O Direito Penal, para vocês compreenderem, protege bens jurídicos. O recado que se dá para a sociedade é que desviar R\$ 20 milhões – mais de R\$ 20 milhões do patrimônio público – é menos grave do que pichar uma estátua. Ora, senhores, uma pessoa que picha uma estátua tem uma pena de 14 anos, um corrupto que desvia mais de R\$ 20 milhões que poderia ser investido em saúde, segurança, educação, tem uma pena de oito anos. Onde está a proporcionalidade, onde está a

razoabilidade? Por isso, nesta tribuna da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná,... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Vossa Excelência pode usar o Horário da Liderança do seu Partido.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARRICHELO (UNIÃO): ... materializo minha indignação em relação a esse absurdo que foi a pena dessa moça, Débora Santos. Já disse, Sr. Líder do Governo, já officiei a OEA – Organização dos Estados Americanos, já officiei a ONU – Organização das Nações Unidas, já officiei o Governo americano, porque, para recorrer do Supremo Tribunal Federal, só se for para o Papa, porque aqui não é possível mudar decisão do Supremo Tribunal Federal, que julga em primeiro, segundo, terceiro e quarto grau – é, porque temos quatro graus de jurisdição no Brasil, Juiz de Primeiro Grau, TJ, e segundo grau o TRF, o STJ e o Supremo, são quatro graus, lá é um só, e a pena não tem recurso. Então, a minha indignação é por uma cidadã que está sofrendo uma pena anormal, que está passando por um tribunal da inquisição, similar a o que ocorreu na Idade Média, quando o Direito Penal do inimigo vigia. Para os amigos do rei, todos os benefícios; para os inimigos do rei, as conseqüências de um Direito Penal gravíssimo e rigoroso. Este é o Brasil em que vivemos hoje. Minha solidariedade a você, Débora Santos, e a todos os brasileiros perseguidos no dia 8 de janeiro.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Passamos ao horário do Grande Expediente. Primeiro orador inscrito: Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados, quero cumprimentá-los, ao tempo que cumprimento a população que está acompanhando a nossa Sessão à distância e também as lideranças que nos honram com suas presenças aqui na Assembleia na tarde de hoje. Hoje comemoramos o aniversário de alguns municípios, entre eles o município de Jardim Alegre. Quero cumprimentar a população de Jardim Alegre – mais uma vez parabenizar a população de Jardim Alegre – pelo trabalho maravilhoso que fazem

ao longo dos 61 anos completados hoje do município de Jardim Alegre, um município que é um exemplo para o Paraná e para o Brasil. Parabéns, Jardim Alegre, parabéns à população de Jardim Alegre! Também hoje o município de Capitão Leônidas Marques completa 61 anos. Quero também cumprimentar toda a população de Capitão Leônidas Marques pelo aniversário e pelo trabalho sério que a população de Capitão faz, construindo este município que é importante para a economia estadual, para a economia nacional, e é um exemplo, um exemplo para o Paraná e para o Brasil. Viva Capitão Leônidas Marques, parabéns a toda população de Capitão Leônidas Marques. Também quero aqui parabenizar a APP-Sindicato – está aqui a Professora Walkiria, que quero cumprimentá-la. Ao cumprimentá-la, estender a toda nossa categoria de professores e professoras, funcionários e funcionárias de escolas da rede de educação básica do Paraná. No dia 26, a APP completou 78 anos, é o maior sindicato que temos no Paraná, com milhares de professores e funcionários associados. A APP, além de representar os professores e funcionários de escolas da rede estadual, também representa professores das redes municipais, são mais de 220 municípios que têm a APP-Sindicato como sua representante. Então, quero parabenizar toda a nossa categoria, e dizer que a APP faz diferença a favor da educação, a favor dos educadores. Só para contar de uma conquista feita para a educação no Paraná por proposição da APP-Sindicato: naquela ocasião eu estava como Presidente da APP, propusemos ao Governador Roberto Requião naquele momento – isso foi em 2006 – para mudar a Constituição do Paraná, para que o Paraná aplicasse 5% a mais dos seus impostos em educação. Foi aprovada aqui nesta Assembleia, no dia 20 de outubro de 2006, uma Emenda Constitucional alterando o art. 185 da nossa Constituição do Estado do Paraná, determinando que o Paraná passasse a investir 30% no mínimo dos impostos em educação. Os demais estados seguem com 25%, assim como os municípios também aplicam os 25% conforme a Constituição Federal. Mas no Paraná, por ação da APP-Sindicato, podemos comemorar que 5% a mais... Por exemplo, este ano, significa R\$ 2,5 bilhões a mais para a educação do Paraná. Por isso, o Paraná tem a educação básica, mas também tem sete universidades estaduais. Se não fossem os 30%, não

conseguiríamos ter as sete universidades como temos com a qualidade que temos. Por isso, parabéns à APP-Sindicato, que faz um trabalho importantíssimo. Quero aqui também, Sr. Presidente, falar do 29 de abril. Amanhã completará dez anos do fatídico episódio de um massacre feito aos servidores públicos, a maioria eram professores e professoras, funcionários de escolas, que estavam aqui neste ato. Naquele dia 29, esta Casa votou um projeto que alterou a previdência dos servidores, fazendo migração de massa, incluindo para serem beneficiários do Fundo de Previdência aqueles servidores e servidoras que já tinham acima de 73 anos, mas eles não pertenciam a esse Fundo, quem tinha que pagar a aposentadoria deles era o Tesouro, aí o Estado resolveu colocar na conta do Fundo de Previdência, o que deu um rombo de mais ou menos R\$ 2 bilhões a cada ano, enfraquecendo o Fundo de Previdência dos servidores. Foi por isso que os servidores vieram aqui no dia 29 de abril de 2015 para dizer “não” a esse projeto, porque ele não era de interesse público. Ao atacar a previdência dos servidores, você põe em risco o futuro do Estado. Portanto os servidores, amanhã, estarão mobilizados em todo o Paraná e farão a mesma marcha que fizeram há 10 anos, vindo até o Palácio Iguaçu e até a Assembleia Legislativa. Então, que esta data de amanhã seja uma data de acolhimento das demandas dos servidores, tanto aposentados quanto os servidores da ativa, tanto os servidores civis quanto o pessoal militar, que precisam da sua data base. E algumas carreiras precisam de reformulação, que é o caso da educação básica. Temos que reformular a carreira dos funcionários de escola, Agente Educacional I e II, para fazer justiça aos servidores da educação. Mas também precisamos reformar a carreira do Agente de Apoio de todas as secretarias que pertencem ao QPPE – o Quadro Próprio do Poder Executivo – porque ali, na reformulação que foi feita em 2023/2024, ficaram com um prejuízo e é preciso corrigir essa injustiça. Também é importante destacar aqui o piso para o magistério do Paraná. O Governador já anunciou que mandará o projeto para cá, fizemos já vários debates junto com a direção da APP e o Governo, essas discussões foram mediadas pelo Deputado Hussein Bakri, que é o Líder do Governo e é Presidente da Comissão de Educação, que está fazendo um esforço muito grande para que o projeto atenda

de fato à reivindicação da educação para que o piso seja aplicado em toda a tabela, alcançando os aposentados também, alcançando toda a categoria. Então amanhã é um dia importante, já está combinado aqui que o Presidente da Assembleia, Deputado Alexandre Curi, e o Líder do Governo, Deputado Hussein Bakri, receberão na Presidência amanhã, às 11h30, uma comissão do fórum de servidores para ouvir as demandas e dar respostas também às reivindicações apresentadas pelo fórum dos servidores. Também aqui, Sr. Presidente, quero tratar de um tema que preocupa a população de Alto Paraná. O Município de Alto Paraná, próximo de Paranavaí, é um município importante, é um município que amanheceu com greve, greve dos professores e professoras do Município de Alto Paraná. E por que os professores de Alto Paraná estão em greve no dia de hoje? Porque o Prefeito Municipal decidiu mandar para a Câmara Municipal um projeto de lei mudando um artigo do plano de carreira. Mudando o artigo que assegurava que, quando se reajusta o piso do magistério, reajusta-se toda a tabela dos professores, para garantir que a carreira dos professores continue como carreira, tendo um piso inicial e tendo um teto, que é o salário final. Ele quer aprovar na Câmara Municipal essa maldade, para reajustar tão somente o salário dos professores que estiverem no início da tabela e que não estiverem recebendo o piso do magistério. O piso do magistério, hoje, no Brasil, desde janeiro, é de R\$ 4.867,77 para uma jornada de 40 horas semanais. Vejam, então esse é o salário mínimo que um professor tem que receber no Brasil. É uma lei de 2008, foi sancionada pelo Presidente Lula em 2008. Mas não é uma lei isolada, é uma lei que está dentro do Fundeb, que é o fundo para financiar a educação básica no Brasil, que vai da educação infantil até o ensino médio, e que tem uma fórmula lá dentro. Essa fórmula garante o piso e a hora-atividade aos professores. E o município e o estado que provar que não tem condições de bancar, recebe complementação do Governo Federal, da União. Portanto, o Município de Alto Paraná não precisa de complementação da União, porque tem recursos suficientes para bancar o que bancou até hoje, aplicando o piso em toda a tabela. Porque, do contrário, se toda vez que aumentar o piso do magistério – ele aumenta em janeiro – aplicar só para quem está recebendo menos do que o piso,

em pouco tempo o piso, que deve ser o salário mínimo do professor, encosta no teto, no salário final, daquele que já está há 35 ou 40 anos lecionando como professor. E aí você desestimula os professores de ingressarem nessa carreira. Isso é um absurdo! Isso é um crime contra a educação pública de Alto Paraná, que o Prefeito quer fazer. Ele tentou com uma ação na Justiça; a Justiça não lhe deu apoio ainda. Não ganhou na Justiça. Agora quer ganhar usando a mão dos Vereadores do Município. Quero aqui fazer um apelo a todos os Vereadores do Município de Alto Paraná: fiquem do lado da educação, fiquem do lado certo. Não votem a favor desse projeto, não prejudiquem a educação do Município, não prejudiquem a carreira dos professores, não faça com que o piso, que é o salário inicial dos professores, um dia lá em Alto Paraná vai ser o teto, vai ser o menor e o maior salário do mesmo tamanho. Isso é um absurdo, isso contraria o interesse público e por isso merece o repúdio de toda a população de Alto Paraná, de toda a população do Paraná e do Brasil. Quero fazer um apelo também ao Prefeito Municipal, que retire esse projeto, porque ele não é bom; não é bom para a educação e, se não for bom para a educação, não é bom para Alto Paraná. Por isso, todo o apoio à luta dos professores e professoras de Alto Paraná, que neste momento se encontram em greve, lutando para que os seus direitos sejam respeitados, lutando para que o que está estabelecido em lei federal seja respeitado. E a educação tem que ser prioridade! Quando o candidato disse que a educação era prioridade – o Prefeito –, os Vereadores também que foram eleitos lá, disseram que educação é prioridade. Agora é a hora de, de fato, colocar a educação como prioridade. Não a esse projeto! Parabéns aos professores e professoras de Alto Paraná, que se levantaram contra esse absurdo. Senhor Presidente, da minha parte concluo e, mais uma vez, confirmando aqui a reunião amanhã, às 11h30, com V.Ex.^a e o Líder do Governo, Líder da Bancada do Governo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Confirmado, Deputado Lemos. Passamos ao Horário das Lideranças. Primeiro orador inscrito: Deputado Renato Freitas.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Como funcionam os parlamentos do Brasil? Na minha experiência enquanto Vereador e agora Deputado, muitas pessoas me perguntam e eu respondo: são todos os Parlamentos – Municipais, Estaduais, como este, ou Nacionais, como o Congresso – parecidos naquilo que lhes diminui, que lhes faz fracos, erráticos, corruptíveis, aquilo que ataca de morte muitas vezes a República, a coisa pública, o dinheiro público. Eu falo das Emendas Parlamentares. Nesta Casa – assim como na Câmara de Vereadores de Curitiba –, o Chefe do Executivo, Governador Ratinho Junior, tem a imensa maioria ao seu favor, o que é chamado na política de “Base”. O Governador tem uma Base forte, expressiva, cujo Líder é o Sr. Hussein Bakri. Nunca vi nesta Casa – assim como nunca vi na Câmara de Vereadores de Curitiba, em que o Rafael Greca, Prefeito à época, tinha também na proporção daqui a Base, 80% do Parlamento –, nunca vi ele, como nunca vi o Ratinho Júnior, tendo um só projeto negado. Nunca vi uma só orientação da Base que não fosse de imediato atendida pelos demais Parlamentares. Você, povo que me assiste, pode pensar: *“Não votam contra porque o Governador é um exímio administrador, gestor, sensível aos interesses mais urgentes da população mais necessitada. E por isso não pode ser, não tem por que ser rechaçado, refutado, negado aqui neste Plenário”*. Embora esse fosse o desejo de todos que se alimentam do poder, não é a realidade. As pessoas votam por interesse próprio. Na Câmara dos Vereadores, era cargo: cada Rua da Cidadania tem cargos distribuídos aos Vereadores e, com isso, o Vereador faz campanha o ano todo, porque você chega no Zezinho da Esquina e pede para ser atendido em alguma demanda, ele manda você para Rua da Cidadania com o nome de um assessor que ele colocou lá. E esse cidadão nos equipamentos públicos dá a atenção, coloca uma sinalização, uma lombada, arruma uma vaga na creche. É a coisa pública tornada privada na mão de poucos. Mas o que mais importa na decisão dos Vereadores de apoiar o Prefeito não era só os cargos, era também as Emendas Parlamentares, milhões e milhões de reais. Todos os dias, aqui nesta Assembleia, um projeto ganha destaque. Todos os dias, Sr. Presidente. Que projeto é esse? Utilidade pública. Ninguém se pergunta por que todos os dias alguma associação faz questão de ganhar e ser

reconhecida como de utilidade pública? Virar quadro na parede? Virar conversa no jantar familiar? É um troféu? Não, é tão somente para cumprir um requisito para receber dinheiro público, normalmente de Emendas Parlamentares. As Prefeituras – e o Arthur Lira no Congresso nos demonstrou isso – são muitas vezes mediadoras de desvio de dinheiro público. Prefeitos corruptos recebendo R\$ 10 milhões, gastando três, dando dois em propina, pegando cinco para si próprio. É o funcionamento normal. Arthur Lira, no caso dos kits de robótica, em Alagoas, não foi comprovadamente autor desses desvios do chamado orçamento secreto, que eram Emendas Parlamentares? Sim. Na Câmara dos Vereadores também, aqui também, em todos os lugares, e isso torna muito difícil a atuação da Oposição, porque no final das contas o que o povo quer? Asfalto, a reforma de uma quadra de esportes, uma unidade de saúde, uma creche. Tudo isso pode ser feito com Emenda Parlamentar e aí o Deputado “X” ou “Y” manda essa Emenda Parlamentar e é reeleito, e nós da Oposição, Deputada Luciana, ou não recebemos ou recebemos muito pouco, porque a Emenda Parlamentar não é transparente. Uns recebem um, outros recebem dez, outros recebem 50, e daí você vai no Portal da Transparência e não tem um campo de consulta de quanto cada Parlamentar recebeu. No Congresso tem, aqui não. Essa Emenda Parlamentar é a única política concreta que chega ao Município. O Governador dá esse dinheiro para a Assembleia; a Assembleia, em nome do Governador, repassa para os Prefeitos; e os Prefeitos, em nome do Deputado e do Governador, executam junto com os Vereadores. Então, ela chega lá na base, lá na rua, lá na casa do cidadão. Se fosse bem utilizada e de forma transparente, seria até uma boa política, porque o Parlamentar daquela região conhece – em tese – melhor os problemas daquela região. Mas elas são usadas para quê e como? Eu digo: são usadas para chantagear os Deputados. No caso de muitos, para comprar os Deputados. E por isso elas não são impositivas, Deputada. O Governo do Estado do Paraná não tem a obrigação de executar a sua Emenda se você é o opositor que vem aqui falar verdades inconvenientes. E daí lá na base o povo diz: *“Pô, o Renato é gente boa, luta para caramba, fala umas verdades, mas não chega aqui uma lombada, não chega aqui uma quadra, não chega um asfalto.”*

Pô, ele não faz, ele não constrói a política de verdade.” Você entende como são cartas marcadas em um jogo em que o dinheiro vai para o ralo, para a cueca... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Um minuto para V.Ex.^a concluir.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): ... cofres, para as *offshores* em paraísos fiscais. O próprio Ministro da Economia do Governo passado não tinha milhões e mais milhões em empresas de paraísos fiscais? Enquanto isso, vou ao Flores do Campo, em Londrina, e uma tiazinha no pós-operatório está suplicando por uma linha de ônibus na Vila, porque tem que andar mais de um quilômetro para poder trabalhar. Não dá!

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Horário das Lideranças, com a palavra o Deputado Denian Couto.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Senhor Presidente, *pela ordem*; bem rapidinho, antes do orador.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem*, Deputado Cobra.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Tem uma ameaça de bomba aqui perto da Assembleia, Sr. Presidente. Gostaria que o senhor acionasse a segurança da Assembleia para poder verificar isso aí, porque está tudo cercado o quarteirão ali, tem uma mala grande e precisa saber se não é alguma coisa relacionada à Assembleia também. Tem muitas viaturas da polícia ali perto, está interditado. Dá uma olha nisso aí, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Já vou comunicar a nossa segurança.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Se fosse mala, o pessoal da Assembleia não tinha deixado para trás.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): *Pela ordem*, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem*, Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, quero aqui registrar a presença da direção do Sindarspen, a Vanderleia, Presidente, está aqui com a equipe, hoje...

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Deputado Professor Lemos, estamos com orador na tribuna, V.Ex.^a, para concluir.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): ... eles estão muito felizes porque o Governador atendeu um chamado e um pedido. O Líder do Governo anunciou e o Projeto de Lei já chegou aqui para alterar para melhor a carreira da Polícia Penal.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Com a palavra, Deputado Denian Couto.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento os Deputados e Deputadas desta Casa. Subo a esta tribuna para informar o início formal dos trabalhos da nossa Comissão Especial do Código do Empreendedor Paranaense. A partir desta semana, reuniões preparatórias iniciarão todo o nosso organograma para este trabalho que promete ser de fôlego. Que tenhamos uma lei única, um código estadual para reunir a legislação do empreendedorismo. Hoje, no Estado do Paraná, são 21 mil leis esparsas que tratam de empreendedorismo, de negócios. E são leis – muitas das quais – inócuas, antigas que precisam ser revogadas. Outras tantas são leis boas, mas repetitivas. Precisamos sentar, olhar lei a lei, criar uma codificação e, com isso, fazer, Deputado Marcelo Rangel – a partir do seu trabalho de relator –, o nosso Código do Empreendedor Paranaense. Quero dizer da minha alegria de presidir essa Comissão, mas de estar ao seu

lado, um Deputado sério, firme, correto, com os olhos no futuro, homem da inovação que vai sistematizar esse trabalho com todas as mais de 20 mil leis que precisam ser analisadas por essa Comissão. Além disso, iremos ao interior. Esse trabalho será focado em Curitiba, com audiências públicas, mas também iremos a Londrina, a Maringá, a Cascavel, a Ponta Grossa, a Foz do Iguaçu, a Guarapuava, os maiores municípios o Paraná, para que possamos ouvir todo o setor e, com isso, entregar à população do Paraná um conjunto normativo mais eficiente, para diminuir a burocracia e gerar empregos.

Deputado Marcelo Rangel (PSD): Permite um aparte?

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Pois não, Deputado.

Deputado Marcelo Rangel (PSD): Primeiro, gostaria de parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e parabenizá-lo por ter sido escolhido, entre os Parlamentares desta Assembleia, como Presidente dessa Comissão tão importante. É uma Comissão que vai mudar a história do setor produtivo do Estado do Paraná, os empresários, industriais, micros, pequenos empreendedores e grandes empreendedores do nosso Estado. Tenha a certeza de que, nessa Comissão, vamos avançar muito e fazer com que o Estado do Paraná se transforme um verdadeiro modelo para o setor produtivo de todo o Brasil. Fiquei, particularmente, muito feliz pela sua escolha como Presidente dessa Comissão, Denian, porque o senhor sempre foi muito combativo e sempre muito presente. E não tenho dúvida de que essa Comissão estará com muitos trabalhos sendo realizados, mas com muita responsabilidade vai realizar um grande trabalho à frente da Assembleia Legislativa. Parabéns pela sua atuação.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Agradeço e cumprimento V.Ex.^a. Reitero que não poderia ter nome melhor e mais qualificado para fazer a relatoria desse novo Código. Um Código que tem a pretensão de ser a Lei do Empreendedor, a Lei do Setor Produtivo, que permita que, com mais facilidade, consiga realizar o seu trabalho, gerar emprego, gerar renda e levar o nosso Paraná ainda mais para cima. Aproveito esta oportunidade para nominar aqui todos os Deputados que,

junto conosco, Deputado Marcelo Rangel, realizarão esse trabalho: Deputada Marli Paulino, Deputado Fabio Oliveira, Deputado Luiz Fernando Guerra, Deputado Jairo Tamura, Deputado Soldado Adriano José, Deputada Ana Júlia e Deputada Márcia Huçulak. São os Parlamentares que, pela representação de suas bancadas e dos blocos partidários, estarão com essa missão de organizarmos juntos, de maneira plural, esse trabalho do Código... que eu chamo de Código de Defesa do Empreendedor, para que ele tenha essa legislação. Trago outro assunto, e esse é um assunto da política, e aqui para saudar algo que aconteceu neste fim de semana, de uma reunião muito importante, que se deu em Uberaba, Minas Gerais, que reuniu o Governador do Paraná, Ratinho Junior; Governador de Goiás, Ronaldo Caiado; e o Governador de Minas Gerais, Romeu Zema. E os três se comprometeram de estarem juntos, ainda que no segundo turno, na eleição do ano que vem. Essa é uma notícia alvissareira de que a direita ou centro-direita precisa estar unida e forte para vencer o continuísmo. Derrotar e tirar do poder aqueles que roubaram o País, aqueles que levaram o Brasil ao cenário da vergonha. A mudança no comando político do Brasil sai de um novo movimento. É um movimento que será liderado pelo Governador deste Estado, ao lado do Governador mineiro, ao lado do Governador de Goiás, ao lado do Governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas. Só sendo muito ingênuo para não entender o jogo do Supremo Tribunal Federal. O Bolsonaro já entrou condenado no processo. O Deputado Tito Barichello falou há pouco aqui dos 14 anos de reclusão para a cabeleireira Débora, some-se isso a prisão do Collor, junte o *lé* e o *cré* para saber da condenação do Bolsonaro e a prisão do Bolsonaro com o precedente da prisão de Fernando Collor. Isso é absolutamente evidente. O nome do Bolsonaro não estará nas urnas em 2026 e nós, da direita, da centro-direta precisaremos sair com o nome para derrotar o PT. E esse nome é do Governador do Paraná, Ratinho Junior. É como eu vejo o movimento político neste momento importante. A prisão do Collor é precedente. A condenação da cabelereira Débora é um aviso daquilo que acontecerá nesta toada do Supremo Tribunal Federal contra o Ex-Presidente Bolsonaro. Saibamos entender o sinal que está sendo emitido para gente. Ratinho, Zema, Tarcísio, Caiado: entre esses quatro deve sair o candidato

para liderar a retomada da moralidade no comando da República Brasileira. Agradeço, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Próximo orador inscrito: Deputado Marcelo Rangel. Esta Presidência agradece a presença do Pastor Mateus Loss, da Comissão Pró-Política da Assembleia de Deus, por solicitação do Deputado Marcio Pacheco; dos Vereadores de Paranapoema, Sr.^s Bruno e Francinaldo, por solicitação do Deputado Arilson; do Vereador de Paraíso do Norte, Sr. Lourival Sucuri, por solicitação do Deputado Gugu Bueno; e a visita dos acadêmicos de Direito da UniOpet, acompanhados pela Professora Juliana. Com a palavra, Deputado Marcelo Rangel.

DEPUTADO MARCELO RANGEL (PSD): Senhoras e Senhores, Parlamentares do Estado do Paraná, Sr. Presidente Alexandre Curi – aliás, gostaria de, ao início da minha fala, parabenizá-lo por proporcionar esta oportunidade de termos uma comissão, uma supercomissão aqui, na Assembleia Legislativa, para tratar a respeito do Código do Empreendedorismo; com a sua liderança, consolidamos essa possibilidade, muito obrigado, Deputado Alexandre Curi. Saudar Gugu Bueno, nosso 1.º Secretário, Deputada querida Cloara, a todos os Deputados. Hoje vou fazer um discurso diferente. Hoje subo na tribuna para falar sobre carros. Quem está nos assistindo na *TV Assembleia*, se você gosta de veículos, carros modernos, carros elétricos, prestem atenção no que vou mostrar. Vocês conhecem este carro, Deputado Arilson? Não é um carro lindo? Carro maravilhoso? Deputada Cloara, este carro é um carro de gente muito rica. Aliás, acredito que aqui no Estado do Paraná não tenha nenhum carro como esse, talvez nem lá em Camboriú, em que normalmente desfilam os carros mais chiques do Brasil. Eu pelo menos nunca vi um carro como esse rodando nas ruas do Estado do Paraná. Vocês sabem que carro é este? É um Rolls-Royce modelo Spectre 100% elétrico. Este carro custa R\$ 6 milhões. Por que estou mostrando este carro e o valor dele de R\$ 6 milhões? Porque este carro foi um dos carros apreendidos na maior fraude, o maior desvio da história do INSS, um roubo de pensionistas, de trabalhadores que passaram a vida inteira suando para chegar ao final da vida e

saberem que foram roubados. Mas não é somente este carro que foi apreendido. Na verdade, uma série de veículos... junto com o Rolls-Royce de R\$ 6 milhões também apreenderam Porsche, Ferrari, joias, quadros que valem até mais do que o Rolls-Royce, quadros que valem mais do que aquele veículo, e dinheiro em espécie. É difícil subir na tribuna para falar que isso aconteceu no nosso País, o País em que nós acreditamos, cuja máxima é nunca perder a esperança no País que amamos, o Brasil. Mas, senhoras e senhores, esse Rolls-Royce é apenas a ponta do *iceberg*. Aqui, com o valor desviado, dariam para comprar 24 mil ambulâncias – 24 mil ambulâncias, senhoras e senhores. Esse Rolls-Royce que estava rodando pelas ruas do Brasil não é absolutamente nada perto do roubo, perto dessa fraude. É apenas um veículo. O aposentado que ganha salário mínimo, para comprar aquele carro que mostrei no começo da minha apresentação – este carro –, teria que trabalhar mais de 329 mil anos, se tivesse que receber tudo que foi roubado no nosso País. O que acho interessante é que um dia depois desse escândalo no Brasil, que, segundo as notícias, começou em 2019 – para que antes que alguém possa falar: “*Mas isso não é de agora*”. Para mim, como Parlamentar, como fiscalizador dos paranaenses, não me importa em qual Governo começou. O que importa é saber se esse Brasil vai dar exemplo de impunidade ou vai colocar os responsáveis na cadeia. Mas o que me faz pensar que, infelizmente, isso pode virar uma grande *pizza* é porque, no dia seguinte da divulgação dessa fraude, foi preso o Ex-Presidente Fernando Collor de Melo, foi preso condenado pela Lava Jato. E aqui fica a minha primeira pergunta como cidadão, porque como Parlamentar, como Deputado, eu não consigo entender. E as pessoas me perguntam porque faço programa de rádio todos os dias: “*Marcelo, conta para gente. Mas não teve outros condenados da Lava Jato e que estão livres?*”, e eu posso citar vários. Mas vamos lembrar do Cabral, que, segundo as denúncias, teria desviado milhões e milhões e está livre. Mas existem outros que também foram condenados e que até elegíveis se tornaram e conseguiram ainda chegar ao poder novamente. Mas o Fernando Collor merecia ser preso? Bom, se merecia ou não merecia, isso quem tem que falar é a Justiça, mas não somente para ele. Não somente para ele, para todos os condenados! O que não consigo

entender e as pessoas me perguntam é: “*Mas qual é a parte da Lava Jato que funciona e qual a parte da Lava Jato que não funciona?*”. Porque as informações que temos é que muitos desses processos foram simplesmente anulados. Então, alguns foram anulados e outros não? E me lembro do Fernando Collor quando foi processado e foi “*impeachmado*”, tivemos um *impeachment* do Fernando Collor e vocês lembram qual era o carro que foi...? Exatamente Deputado Corti, o carro que foi o pivô do escândalo do *impeachment* do Fernando Collor foi uma Elba, um Fiat. Nós evoluímos, será, no nosso País que agora estamos discutindo Rolls-Royce? Será que isso está certo, gente? É incrível saber que, diante da maior fraude, do maior rombo da história no INSS, no dia seguinte, Corti, no dia seguinte essa notícia virou rodapé e muitos Parlamentares estão com dificuldade de conseguir as assinaturas para uma CPI. Ora, senhoras e senhores, é lamentável ter que subir aqui no Parlamento Estadual para dizer que estou indignado com o nosso País, indignado com essas notícias, indignado com tudo que estou vendo. Antigamente, esses ladrões do dinheiro público tinham mais vergonha na cara, por incrível que pareça, porque eles mandavam dinheiro para a Suíça ou para as Ilhas Cayman. E hoje eles não mandam mais o dinheiro para fora, eles compram Rolls-Royce para desfilar nas ruas do Brasil porque sabem que aqui, infelizmente, o nosso Brasil é o País paraíso da impunidade. Quero saber se um carro deste de R\$ 6 milhões não é símbolo da riqueza, dos milionários, do desvio de recursos, da roubalheira que se instituiu no nosso País e se tem alguém da esquerda ou alguém da direita que defendam o que aconteceu dentro do INSS envolvendo sindicatos? Sindicatos que eu gostaria de ver um dia, no Portal da Transparência. Eu gostaria de ver, como todo servidor público tem, no Portal da Transparência, seus salários, seus vencimentos, seus subsídios e os diretores e sindicatos desse país, infelizmente, ficam na escuridão. Ninguém sabe quanto eles... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Um minuto para V.Ex.^a concluir.

DEPUTADO MARCELO RANGEL (PSD): Apenas para finalizar. Não só não sabemos quanto dirigentes e sindicatos pelo Brasil recebem, mas só ficamos sabendo que houve desvio quando se passa de R\$ 6 bilhões. Dizem, inclusive, que já está na casa dos R\$ 8 bilhões de roubo. Se eles tivessem apenas furtado um real da Sr.^a, D.^a Maria e Sr. José, um real? Esse um real é da senhora, não é por R\$ 40 ou R\$ 50, que eles desviavam todo mês, podia ser centavos. Porque em países de primeiro mundo centavos dariam um *impeachment*. Era isso.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Pela Liderança da Oposição, Deputado Arilson Chiorato. Esta Presidência registra a presença, em nome da Deputada Mabel Canto, da Organização Family Search, Sr.^s Marcelo e Léo; e os representantes da Igreja Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, Presidente Moro e Presidente Bruno. Com a palavra, Deputado Arilson Chiorato.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Presidente, só para anunciar aqui a presença do Vereador Adriano, de Paraíso do Norte, que está aqui.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Devidamente registrado. Com a palavra, Deputado Arilson Chiorato.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Fraude no INSS. Roubo de milhões de reais de aposentados. Vou falar a verdade aqui sem enrolação e sem enganar o povo. O que é esse caso? Descontos ilegais de benefícios de aposentados. Associações de sindicatos cobravam sem autorização. Quando mexe no bolso de quem trabalhou a vida inteira, a resposta tem que ser dura e na hora. Quando começou essa fraude? Começou em 2016, atravessou o Governo Temer, passou ilesa pelo Governo Bolsonaro e só o Governo Lula enfrentou a verdade. Acabou o tempo de fazer de conta que não sabia, agora, é olho aberto e cobrança. Quem descobriu o esquema? O Governo do Presidente Lula, que não tem medo da verdade. O que tanto esconderam, e encaramos e agora vamos resolver? Esquemas milionários. Como funcionava essa fraude ao pé da letra? Trabalhadores e aposentados eram associados à força, desconto sem consentimento e o dinheiro desviado para empresa de faixada. O que o Governo

do Presidente Lula fez, o Governo Federal? Uma ação firme determinada pelo próprio Lula, botou a CGU – Controladoria Geral da União e a Polícia Federal atuando no Brasil como um todo. A CGU fiscaliza o uso do dinheiro público. Onde se tinha silêncio no Governo do inominável no passado, hoje, tem investigação séria. Onde tinha esquema escondido, agora tem prestação de conta. A diferença deste Governo para o outro é essa, a CGU e a Polícia Federal começaram a investigação quando? Em 2023, no Governo do Lula. A Polícia Federal começou a investigação quando? Em 2024, no Governo do Lula. No Governo passado – o Governo que transportava cocaína no avião da FAB, que roubava joias –, a história era diferente, a polícia era silenciada. Esse que está com os dias próximos para amanhecer enjaulado acobertou tudo isso. Sabia disso e escondeu para *debaixo do tapete*, que é a cara do Governo passado. Hoje, subo aqui para contar um pouquinho desse resultado: tem seis prisões e o sequestro de R\$ 1 bilhão de reais, já paralisado, para a devolução. Aqui quem rouba para o aposentado não é protegido, é investigado e punido. A omissão dos Governos anteriores? O Ministro da CGU foi à televisão e explicou que antes não se tinha tomado uma ação, embora tivesse várias denúncias. Aumentaram as reclamações e as entidades no momento, naquela época, e nada foi feito. Fazia-se vista grossa, hoje é investigado. A origem do desconto – e aqui é importante colocar isso –, das 11 entidades investigadas, duas firmaram acordos no Governo Temer, cinco no Governo Bolsonaro. Quais foram as medidas que esse Governo Federal fez? Suspensão de todos os descontos para R\$ 6 milhões de beneficiados. Paralisou, desconto só volta se for autorizado de verdade. Quem autorizar vai continuar, quem foi enganado vai ter respeito e seu dinheiro de volta. Agora, temos que combater as *fake news*: a fraude é antiga e quem combate é o Governo atual. Mentira até se espalha, mas a verdade sempre fica de pé. O nosso compromisso é com quem trabalhou a vida inteira com seriedade. Por isso, que o Presidente Lula fortaleceu a CGU e fortalece a Polícia Federal. No Brasil de hoje, quem tira dinheiro de aposentado vai pagar até o último centavo. Proteger o dinheiro do povo é dever deste Governo. Quero colocar um ponto aqui, para não ter que discutir isso mais, para não ter que discutir isso mais. Vamos criar vergonha na

cara e parar de trazer *fake news* aqui dentro. Vamos cuidar do Paraná que está com um monte de problema. Vamos cuidar dos problemas que são listados pela educação, pela saúde. Vamos trazer as coisas que interessam a esta Assembleia. Vem aqui com um discurso armado, com um discurso mentiroso, para tentar ganhar *like*, curtida e compartilhamento ou para enganar o *tiozinho do zap*. Tenha paciência, gente!

Deputado Dr. Antenor (PT): Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Pois não, Deputado Antenor.

Deputado Dr. Antenor (PT): É irretocável o seu posicionamento. Cansei-me aqui porque esta tribuna é uma tribuna que virou. Estamos cheios de Deputados Federais aqui, entupido, entupido. Mas eles esquecem, quando falam do INSS, que no Governo do inominável... Então, vou nominar porque é importante, o Sr. Bolsonaro, me parece Cidadão do Paraná ou uma coisa assim, nem sei o que é mais, foi homenageado aqui nesta cidade. Esse cidadão contratou 6 mil militares para o INSS. Lembra disso, Deputado? Seis mil militares no INSS e o que eles estão fazendo lá? Não enxergavam direito, claro. Só mais um adendo, quando sobem naquela tribuna e falam da Lava Jato, esquecem de uma operação que já fui aí e falei, da *Operação Spoofing*. Vamos desenhar? Era a conversa entre o Sr. Sérgio Moro e os Procuradores da Lava-Jato aqui de Curitiba criando circunstâncias, situações, para prenderem quem eles queriam. Então, não esqueçam, quando falarem do Lula aqui nesta tribuna, da *Operação Spoofing*. Pesquisem, pelo amor de Deus. Agradeço pela possibilidade.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A verdade é uma só: o Governo atual tem compromisso com a transparência, o Governo passado encobertava as coisas. O Governo atual está fazendo ações, o Governo passado nada fez. Este Governo luta pela verdade, o Governo passado nega até a verdade. Esse processo só está público porque tivemos *peito* para fazer isso. Espero que todas as vezes que subam daquele lado de lá respeitem a verdade. Não dá para vir aqui com esse monte de mentira. Não dá mais, já deu o limite. O cara é omissivo, é

irresponsável, não tomou o que deveria ser feito na época: providências. Agora, o Governo dele vence aqui pelos Deputados, que o apoiaram acusando este Governo. Tenha paciência!

Deputado Requião Filho (PT): Deputado Arilson, um aparte.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): Deputado Arilson, permite-me um aparte também?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Também, claro.

Deputado Requião Filho (PT): Acho que o senhor está certo. O Paraná tem muitos problemas e não podemos ser omissos. Estive ao seu lado na luta contra o pedágio. Hoje, o Governador Ratinho e o Presidente Lula estão mais uma vez comemorando, em Brasília, a assinatura de dois lotes novos de pedágio, no Paraná. Um roubo, um assalto a nossa economia e ao nosso Estado. Dentro da esteira de não ser omissos e trabalhar com a verdade, repudio as assinaturas, dos dois que *sangram* o nosso Estado, por mais 30 anos, com esse pedágio. Então, vamos trabalhar sim em cima da verdade. Concordo com o seu discurso em gênero, número e grau. Temos que, como Bancada do Paraná aqui – e acredito que todos os Deputados deveriam entrar nessa briga – contra esse *câncer* que é o pedágio no nosso Estado.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Deputado Romanelli.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): Deputado Arilson, V.Ex.^a vai à tribuna e fala de um tema que, é claro, está escandalizando o Brasil, a informação de que foram desviados R\$ 6,5 bilhões dos aposentados. Lembro-me do período que fui Secretário do Trabalho, entre 2011 e 2014, que este debate já existia. Veio uma lei, a lei proibiu completamente essa possibilidade de desconto, depois ainda, pelo o que eu soube, no Governo passado, houve uma iniciativa no Congresso, e efetivamente foi liberado novamente, ou seja, o desconto. O que eu acho que o Governo deveria fazer é de fato criar uma CPI para investigar isso a fundo. Porque

os lobistas, os que freqüentam os gabinetes, que fazem com que alguns Deputados façam leis como essa que permitiu com que espertalhões, malandros, estelionatários, pudessem subtrair dinheiro dos aposentados, fizessem isso quase que impunemente. Eu espero que, de fato, o Governo consiga com a Polícia Federal e com a CGU ir atrás do dinheiro, ver para onde é que foi parar esse dinheiro; indo atrás do dinheiro, descobrimos quem é, quem são os ladrões do dinheiro público, não só desse Governo como do Governo anterior e de todos os outros, é só seguir o dinheiro que achamos quem foi o beneficiário dessa roubalheira.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Obrigado, Deputado Romanelli. Para resumir, Presidente, agora não tem mais impunidade no Brasil, com este Governo... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Com a palavra, Deputado Hussein Bakri. Esta Presidência anuncia a presença dos Vereadores de Boa Vista da Aparecida, do Prefeito de Boa Vista da Aparecida, Sr. Eduardo Henrichs, e dos Vereadores Gilvair, Gelson, Valdir, Cesar, Mauro, por solicitação do Deputado Adão Litro. Com a palavra, Deputado Hussein Bakri.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, às vezes no Plenário fica difícil a compreensão com tantas conversas paralelas e altas. Eu quero pedir a compreensão dos colegas, porque às vezes eu mesmo falo alto no Plenário e atrapalho, só queria pedir essa compreensão. Gostaria de me reportar ao senhor Deputado Renato Freitas com o devido respeito. Quando o senhor aborda o tema base que emendas são direcionadas, que aconteceu na Câmara, eu estou respeitando aqui. Mas e na Câmara Federal, e no Congresso, como que o senhor acha que é lá? É Diferente? Não, é igual. É igual. Tanto é verdade que o Partido que V.Ex.^a faz parte fatiou os Ministérios, fatiou, entregou para o União Brasil alguns Ministérios, entregou para o PP alguns Ministérios, entregou para o PSD três Ministérios, entregou para vários Partidos que fazem parte do Centrão. Então, não consigo entender alguns discursos que tem aqui, em que mundo que vocês

vivem? Aqui não é diferente. Quando eu nasci, já era assim, quando eu fui Vereador em União da Vitória com 22 anos de idade já era assim, Deputada Cloara. Evidentemente que um Governador, um Prefeito, um Presidente da República precisa ter uma base de apoio para que os seus projetos sejam aprovados. A diferença nossa é que a nossa base vota a favor; lá em Brasília a base de vocês está votando contra, e vocês não vão ter condições de construir, sabe por quê? Porque vocês não conversam, vocês utilizam de um mecanismo como V.Ex.^a utilizou aqui... Não tem construção, vocês têm que aprender a construir. Eu garanto para vocês que, se vocês construírem, vocês vão ter uma base sólida lá em Brasília e vão conseguir aprovar os projetos. Vide o orçamento: nunca vi na minha vida um orçamento ser votado agora em maio, o orçamento da União foi votado em maio. Meus amigos e minha amigas, vocês imaginaram quantos milhões de pessoas foram prejudicados neste País? Quantas coisas deixaram de ser feitas neste País? Então, é preciso ter bom senso, é preciso ter respeito, é preciso saber construir, é preciso saber que é necessário ter a base e ter os contras. Os contras ajudam, porque muitas vezes nos alertam de alguma coisa que nós possamos estar errados, e a base dá apoio para os projetos do Governo. Meus amigos e minhas amigas, o pessoal do Depen está aí, quero contar com o apoio amanhã de todos que fazem parte da CCJ, para que nós possamos deliberar sobre um projeto importante que melhora a carreira do Depen, há muito tempo esperado por eles, e tenho certeza que nenhum Deputado e nenhuma Deputada que está aqui hoje, vai faltar conosco, nem na CCJ, nem no Plenário depois e nas demais comissões, não é, Deputada Mabel e demais Deputados? Uma salva de palmas para vocês. Quero aqui também falar para vocês que, de fato, o Governador está em Brasília hoje. Os pedágios são de iniciativa do Governo Federal, evidentemente que o Paraná vai participar, ou vai ficar fora? O pedágio em algumas estradas é um instrumento importante. Eu, na 476, que é a rodovia de União da Vitória, se me dessem um pedágio, pode vir para cá correndo, mas infelizmente não fomos incluídos. Quero também dizer para vocês, quero agradecer aos colegas da Bancada do PT, Deputado Arilson e Deputada Ana Júlia, que estava lá, muito obrigado! Fizemos uma reunião

importante com o Governo Federal, com a Ministra Gleisi, onde tratamos de avanços de ações importantes do Governo Federal na rodovia 476. Eu sei agradecer, muito obrigado, do fundo do coração. Quero também dizer para vocês que o Governador sancionou na última sexta-feira – atenção, nossa Bancada Feminina, meu orgulho dessa Casa são vocês, entre tantas coisas boas – aquela lei que cria uma nova Câmara Criminal no TJ, com competência especializada em violência doméstica e familiar contra a mulher. Que legal, gente, nós já conseguimos, está sancionada a lei, isso aqui vai dar uma resposta rápida para a questão do feminicídio e a violência familiar em todo o Estado.

Deputada Márcia Huçulak (PSD): Deputado Hussein.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Por favor, fique à vontade.

Deputada Márcia Huçulak (PSD): Nessa pauta, quero dizer que estive representando a nossa Bancada Feminina, junto com o nosso Presidente Alexandre Curi, na cerimônia com o nosso Governador Ratinho e toda a cúpula do nosso Tribunal de Justiça, que foi no momento que o Governador sancionou essa lei, que teve, em um tempo recorde, aprovação dessa Casa. Uma Câmara importante que vai agilizar os processos de violência, nos processos especialmente de violência contra a mulher, dar agilidade e proteção da mulher. E preciso dizer que o Paraná é o primeiro estado a criar essa Câmara setorial. Então, parabenizar todos os nossos colegas na Assembleia, sua Liderança, o nosso Presidente, a Liderança Feminina aqui na pessoa da Deputada Mabel, pela agilidade nesse processo que vai contribuir e com certeza vai ser um exemplo para o Brasil.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Obrigado. Quero agradecer nossa Mesa Diretora, capitaneada pelo Presidente Alexandre Curi. Quem que pediu ali, o senhor que pediu aparte?

Deputado Ricardo Arruda (PL): Aparte, por favor. Bom, a respeito dessa lei que foi sancionada pelo Governador, eu estava lá, realmente foi um marco histórico ao

Paraná, que saiu na frente. Eu gostaria apenas aqui de corrigir a fala do Deputado Arilson, mais uma vez ele sobe na tribuna para tentar tampar o sol com a peneira. É até vergonhoso, vira até uma chacota ver uma defesa que ele fez aqui do ex-presidiário Lula, que nós sabemos que roubar aposentadoria é uma arte do Governo PT, não é a primeira vez. E durante o Governo Bolsonaro, em 2019, foi editada Medida Provisória, que virou lei, a medida n.º 871, realmente para combater fraudes no INSS, foi medida do Governo Bolsonaro, ele sim tomou atitude. Porém, em 2022, ou melhor, em 2022 o Congresso, com apoio total, e pedido dos Deputados do PT e do Centrão, revogaram esta lei. Tanto é que no Governo Bolsonaro caiu muito a corrupção no INSS. E no Governo Lula, para se ter uma ideia – para que a verdade seja aqui, venha à tona –, em 2023, a fraude, ou melhor, os valores descontados de aposentados, que foi tudo na mão grande, em 2023 subiu para R\$ 1 bilhão e 300 milhões, em 2024 para R\$ 2 bilhões 637 milhões, em 2025 explodiu. Então, o Governo Lula foi avisado sim, o Ministro dele foi avisado dez meses antes por várias reuniões, não tomou nenhuma atitude sequer. O Lula recebeu 15 desses fraudadores no Palácio, e o irmão dele – os irmãos metralhas –, o sindicato que o irmão do Lula é Vice-Presidente, recebeu R\$ 100 milhões do desvio desse dinheiro. Então, Deputado Arilson, fale para o Lula mandar prender o irmão dele imediatamente, tome uma providência, manda prender esse Ministro que estava envolvido. Vocês roubam e sempre roubaram, e nas eleições o Presidente Bolsonaro falou ao vivo e em cores que o Governo PT é campeão em roubar dinheiro de aposentado, como o Paulo Bernardo, o ex-marido da “Coxa” fazia isso já no Governo dele. Muito obrigado.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Muito obrigado. Então quero, neste momento, ao encerrar meu discurso, dizer para vocês que de fato o nosso Governador retorna de Brasília amanhã e vamos reportar a ele, tanto eu quanto o Deputado Presidente do PT, o Arilson, o que foi tratado em Brasília em relação à nossa rodovia 476. Fiquei muito satisfeito com os avanços e espero que possamos concluir esse processo.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELO (UNIÃO): *Pela ordem, Senhor Presidente.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem, Deputado Tito Barichello.*

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELO (UNIÃO): Em virtude da informação trazida pelo Deputado Cobra, estive no local onde a Polícia Militar se encontrava e lá havia uma mala com objetos desconhecidos e a Polícia Militar do Estado do Paraná, BPChoque, está de parabéns: esteve no local, isolou o local rapidamente, celeremente, mostrando competência e dedicação. Felizmente não era um artefato explosivo, mas a sociedade ficou protegida. Então está de parabéns a Polícia Militar do Estado do Paraná pela rapidez.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): **Passamos à Ordem do Dia.**

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (SD), Ana Júlia (PT), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Batatinha (MDB), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD), Cobra Repórter (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Jacovós (PL), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE), Doutor Antenor (PT), Doutor Leônidas (CDN), Evandro Araújo (PSD), Fabio Oliveira (PODE), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Gugu Bueno (PSD), Hussein Bakri (PSD), Jairo Tamura (PL) Luciana Rafagnin (PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PP), Mauro Moraes (UNIÃO), Matheus Vermelho (UNIÃO),

Maria Victória (PP), Marcelo Rangel (PSD), Marcio Pacheco (PSD), Márcia Huçulak (PSD), Marli Paulino (SD), Moacyr Fadel (PSD), Paulo Gomes da TV (PP), Professor Lemos (PT), Requião Filho, Renato Freitas (PT), Ricardo Arruda (PL), Reichembach (PSD), Samuel Dantas (SD), Soldado Adriano José (PP), Tercílio Turini (PSD), e Thiago Buhner (UNIÃO) (52 Parlamentares); Deputados ausentes com justificativa: Ney Leprevost (UNIÃO) (Req. 0866 - Art. 97, § 3º, IV do Regimento Interno) (1 Parlamentar) Deputados ausentes sem justificativa: Nelson Justus (UNIÃO) (1 Parlamentar).]

Projetos regulamente protocolados pelos Senhores Deputados.

Projetos de Lei: (Com apoio e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 250/2025**, do Deputado Ricardo Arruda, que concede o título de Cidadão Benemérito ao Senhor Antônio Roberto Gazin; **Autuado sob o n.º 251/2025**, do Deputado Delegado Tito Barichello, que estabelece a vedação à adoção de cotas ou reservas de vagas com base exclusivamente na identidade de gênero nos processos seletivos das universidades públicas do Paraná; **Autuado sob o n.º 252/2025**, da Deputada Cristina Silvestri, que altera a Lei n.º 21.921, de 9 de abril de 2024, que concedeu o título de utilidade pública à Associação Guarapuava NA de Basquete Feminino, com sede no município de Guarapuava; **Autuado sob o n.º 253/2025**, do Deputado Gugu Bueno, que concede o título de utilidade pública à Associação Bicho Amigo Pitanga Paraná, com sede no município de Pitanga; **Autuado sob o n.º 254/2025**, do Deputado Evandro Araújo, que dispõe sobre a inclusão da capacitação para motoristas e operadores do transporte coletivo intermunicipal de passageiros, rodoviário e metropolitano para atendimento a passageiros com deficiência ou neurodivergências; **Autuado sob o n.º 255/2025**, do Deputado Gugu Bueno, que declara o Rally da Graciosa como patrimônio cultural imaterial do Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 256/2025**, do Deputado Márcio Pacheco, que concede o título de utilidade pública à Associação de Proteção e Valorização da Vida Animal – Amigo Bicho, com sede no município de Boa Vista da Aparecida; **Autuado sob o n.º 257/2025**, dos Deputados Alexandre Curi e

Gugu Bueno, que altera a Lei n.º 14.260, de 23 de dezembro de 2003, que estabelece normas sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA; **Autuado sob o n.º 258/2025**, da Deputada Cantora Mara Lima, que concede o título de utilidade pública ao Instituto Fire – Formação de Responsabilidade Social e Ambiental, com sede no município de Londrina.

Projeto de Resolução: (Com apoioamento e encaminhado à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 5/2025**, da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas do Governo do Estado do Paraná referente ao exercício financeiro de 2022.

Passamos aos Itens da pauta.

Temos duas Redações Finais.

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 701/2023, de autoria do Deputado Evandro Araújo, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Igor Chmyz.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 128/2025, de autoria do Deputado Marcio Pacheco, que insere no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o evento "Wine Day Festival".

Não foram apresentadas Emendas de Redação. **Está dispensada a votação.**

ITEM 3 – 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 66/2025, de autoria do Deputado Marcio Pacheco, Deputado Delegado Tito Barichello, Deputada Maria Victoria, Deputado Anibelli Neto e do Deputado Jairo Tamura, que institui o Abril Verde e Amarelo, mês dedicado a ações de conscientização sobre a importância e a legitimidade da defesa da propriedade privada. Parecer favorável da CCJ, Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. **(Sobre o Projeto: Emenda de Plenário n.º 1, dos Deputados Arilson Chiorato, Luciana Rafagnin,**

Professor Lemos, Goura, Ana Júlia, Requião Filho e Doutor Antenor.) **O Projeto recebeu emenda e retorna à CCJ.**

ITEM 4 – 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 158/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 20/2025, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a desafetação e a transferência do trecho rodoviário que especifica ao município de Pinhal de São Bento. Parecer favorável da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando. Esta Presidência anuncia a presença do Vereador licenciado de Palmas, atual Secretário Municipal Chefe de Gabinete, Sr. Marcos Gomes, por solicitação do Deputado Luís Corti.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Colegas da base que ainda não votaram, peço penhoradamente o voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Como votam o Deputado Moacyr Fadel, o Deputado Jacovós, a Deputada Flávia Francischini, o Deputado Luís Corti? Como vota o Deputado Adriano José? Como vota o Deputado Alisson Wandscheer? Encerrada a votação: **[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Mauro Moraes,**

Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José e Tercílio Turini (46 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Cristina Silvestri, Evandro Araújo, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost e Thiago Buhner (8 Deputados).] Com 46 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 158/2025.**

Os Itens 5 e 6 faremos votação agrupada, por tratarem de matérias correlatas.

ITEM 5 – 2.º Turno do Projeto de Decreto Legislativo n.º 3/2025, de autoria da Comissão Executiva, que homologa o Decreto do Poder Executivo n.º 9.371, que altera o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativo à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 6 – 2.º Turno do Projeto de Decreto Legislativo n.º 5/2025, de autoria da Comissão Executiva, que homologa o Decreto do Poder Executivo n.º 9.542, que altera o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativo à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS. Parecer favorável da CCJ.

Em discussão os Projetos. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O voto é “sim”, para quem não votou ainda.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Como vota o Deputado Renato Freitas? Deputado Thiago Buhner, como vota? Encerrada a votação:

[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Mauro Moraes, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhner (46 Deputados); **Não Votaram:** Alexandre Curi, Cristina Silvestri, Evandro Araújo, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost e Renato Freitas (8 Deputados).] Com 46 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovados os Projetos.**

ITEM 7 – 1.º Turno do Projeto de Lei n.º 621/2024, de autoria da Deputada Marli Paulino, que institui a “Semana de Incentivo à Participação da Mulher no Processo Eleitoral”, no âmbito do Estado do Paraná, e dá providências correlatas. Parecer favorável da CCJ e Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Colegas que não votaram ainda, o voto é “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Como votam o Deputado Denian Couto, o Deputado Renato Freitas e o Deputado Batatinha? Encerrada a votação: **[Votaram Sim:** Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro,

*Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Mauro Moraes, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhner (46 Deputados); **Não Votaram:** Alexandre Curi, Ana Julia, Batatinha, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost e Renato Freitas (8 Deputados).]* Com 46 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 621/2024.**

ITEM 8 – 1.º Turno do Projeto de Lei n.º 182/2025, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Ofício n.º 564/2025, que altera o Anexo X da Lei n.º 16.748, de 29 de dezembro de 2010, que reestrutura os Quadros de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná e as carreiras de seus servidores. Parecer favorável da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Colegas que ainda não votaram, o voto é “sim”, hein!

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação:
[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha,

*Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Mauro Moraes, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhner (49 Deputados); **Não Votaram:** Alexandre Curi, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus e Ney Leprevost (5 Deputados).]* Com 49 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 182/2025.**

ITEM 9 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 11/2024, de autoria do Deputado Soldado Adriano José, que inclui no Calendário Oficial do Estado do Paraná o Festival de Música, Poesia e Concurso Literário de Contos de Paranavaí – FEMUP. Parecer favorável da CCJ e Comissão de Cultura. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Voto “*sim*” da Oposição.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pessoal, o voto é “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação:
[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio

*Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Mauro Moraes, Paulo Gomes, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhner (47 Deputados); **Não Votaram:** Alexandre Curi, Del. Tito Barichello, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost e Professor Lemos (7 Deputados).]* Com 47 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 11/2024.**

ITEM 10 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 652/2024, de autoria do Deputado Batatinha, que concede o título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná à Sr.^a Rozane Maria Molin Pitol. Parecer favorável da CCJ. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Importante projeto, tem o nosso apoio, o voto é “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (PP): Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem*, Deputado Marcio Pacheco.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (PP): Enquanto os Deputados votam, queria fazer um convite aos membros da Comissão de Finanças e Tributação. Teremos uma reunião logo após a sessão, na Sala Arnaldo Busato. Os membros da Comissão de Finanças e Tributação, por gentileza, se puderem comparecer. Agradeço.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Convidar os Sr.^s Deputados, após a Sessão, na Presidência da Assembleia. Vamos debater sobre o projeto dos fumicultores. Então, os Deputados que são proponentes e os demais Deputados são convidados, após a Sessão, no gabinete da Presidência da Assembleia.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O voto é “*sim*”. Aqueles que ainda não votaram...

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Como vota o Deputado Anibelli Neto?

DEPUTADA FLÁVIA FRANCISCHINI (UNIÃO): Presidente, meu voto é “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Deputado Alisson Wandscheer, Deputado Artagão Júnior, Deputada Flávia, Deputado Goura, Deputado Marcio Pacheco, Deputado Matheus Vermelho?

DEPUTADA FLÁVIA FRANCISCHINI (UNIÃO): Presidente, meu voto é “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Devidamente registrado o voto favorável da Deputada Flávia Francischini. Encerrada a votação: **[Votaram Sim:** Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Mauro Moraes, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhner (45 Deputados); **Não Votaram:** Alexandre Curi, Flavia Francischini, Goura, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney

Leprevost, Renato Freitas e Requião Filho (9 Deputados).] Com 45 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 652/2024.** (O Sr. Presidente, Deputado Alexandre Curi, registra em Ata o voto favorável da Deputada Flávia Francischini.)

ITEM 11 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 722/2024, de autoria do Deputado Gilson de Souza, que concede o título de Utilidade Pública à Casa de Recuperação Amor à Vida, com sede no município de Campina Grande do Sul. Parecer favorável da CCJ. Em discussão o projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Os Deputados que ainda não votaram, o voto é “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação:
[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Mauro Moraes, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhner (45 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Goura, Marcio Pacheco, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Requião Filho e Samuel Dantas (9 Deputados).] Com 45 votos

favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 722/2024.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 877/2025, da Deputada Flávia Francischini, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública do Paraná, Sr. Hudson Leôncio Teixeira, requerendo informações e providências sobre ações de combate à violência contra a Mulher, os casos de Feminicídio e a Eficácia das Medidas Protetivas no Estado do Paraná. **Conforme acordo do Líder do Governo com a autora, será encaminhado como envio de expediente.**

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimentos n.ºs 856 e 857/2025, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o envio de votos de louvor com menção honrosa para serem entregues na Sessão Solene comemorativa aos 120 anos de fundação do Rotary International e ao Dia do Rotariano Paranaense, 25 de abril, no Plenário desta Casa de Leis, aos homenageados: Laerzio Chiesorin Junior; Padre Gaspar Gonçalves da Silva; Alex Francisco Pilatti e Sergio Baseggio; Ademir Aparecido Ruy, Edilson José Roth; Antonio César Matucheski, Edio da Silva Topanotti, Cornelio Garcia Filho, Danielle Magnani Ogurtsova e Ariel Paulo Marinoski; **Requerimento n.º 869/2025**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, solicitando o envio e expediente ao Diretor-Geral do DER/PR, Sr. Fernando Furiatti Sabóia, requerendo a instalação de placa indicativa do Distrito de Nossa Senhora da candelária na PR-436, em Bandeirantes-PR, conforme especifica; **Requerimento n.º 870/2025**, do Deputado Evandro Araújo, solicitando o envio e expediente ao Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, Sr. Guilherme Theo Rodrigues Sampaio, requerendo a adoção de medidas para determinar à Concessionária

EPR Litoral Pioneiro a instalação de um sistema de velocidade (SCV) no trecho da Rodovia PR-151, na altura do Km 213,7, no município de Jaguariaíva; **Requerimento n.º 871/2025**, do Deputado Evandro Araújo, solicitando o envio e expediente ao Diretor-Presidente da EPR Litoral Pioneiro, Sr. Marcos Moreira, requerendo a instalação de um sistema de velocidade (SCV) no trecho da Rodovia PR-151, na altura do Km 213,7, no município de Jaguariaíva; **Requerimentos n.ºs 872 e 873/2025**, do Deputado Gugu Bueno, solicitando o registro e o envio votos de congratulações com menção honrosa em homenagem: aos 57 anos da Empresa Paranaense Multiloja; e aos 60 anos da Cohapar e ao seu Diretor-Presidente, Jorge Luiz Lange; **Requerimento n.º 874/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente à Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba requerendo providências para o aumento do fornecimento de Glicosímetro e demais insumos para a pessoa com Diabetes Mellitus em automonitoramento de glicemia; **Requerimento n.º 875/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente à Secretaria Municipal de Obras Públicas, Setor de Obras e Urbanismo, requerendo providências para a celeridade nas obras “Novo Inter 2” para solucionar a trafegabilidade e segurança na região da Avenida Presidente Arthur da Silva Bernardes; **Requerimento n.º 876/2025**, do Deputado Fábio Oliveira, solicitando o envio de expediente ao Il.^{mo} Diretor-Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná - IAPAR - EMATER, Sr. Natalino Avance de Souza, conforme especifica; **Requerimento n.º 878/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente à Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba, requerendo análise e viabilidade de medidas para a contratação ou a alocação de médicos na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Cajuru; **Requerimento n.º 879/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente à Prefeitura Municipal de Curitiba, requerendo a análise e a viabilidade de providências para melhorias no site www.curitiba.pr.gov.br, para facilitar o acesso do Usuário no Sistema; **Requerimento n.º 880/2025**, da Deputada Mabel Canto, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa ao Sr. Leonardo ferreira Nunes, pela razão dos anos dedicados à pesquisa da genealogia, da história das ancestralidades e das raízes das famílias;

Requerimento n.º 881/2025, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente à Superintendência da Guarda Municipal de Curitiba, requerendo a análise de viabilidade de implantação de Módulos Fixos e operando em tempo integral nas principais praças da cidade; **Requerimento n.º 882/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente à Secretaria Municipal de Obras Públicas, setor de análise de projetos de drenagem, requerendo providências para a análise de viabilidade e obras para a contenção dos alagamentos na Rua Patrício Bagolin, na cidade Industrial de Curitiba; **Requerimento n.º 883/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente ao Ministério da Saúde, requerendo análise de viabilidade da ampliação da faixa etária para a disponibilização da vacina para o HPV (Papilomavirus Humano), pelo Sistema Único de Saúde; **Requerimentos n.ºs 885 e 887/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente ao 12.º Batalhão da Polícia Militar, requerendo providências para analisar possibilidade do aumento de rondas: nas proximidades da Rua Mariano Torres, esquina com a Rua Nilo Cairo, no Bairro Centro de Curitiba/PR; na região da Praça da França, no Bairro Seminário, em Curitiba/PR; **Requerimento n.º 886/2025**, do Deputado Ricardo Arruda, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa a Débora Rodrigues dos Santos, por sua conduta em defesa do patriotismo; **Requerimento n.º 888/2025**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado, ao Secretário Estadual de Infraestrutura e Logística e ao Diretor do DER/PR requerendo com urgência a realização de manutenção e melhorias necessárias na PRC-280; **Requerimento n.º 889/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o registro e o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. Thiago Zraik, ocorrido no dia 23 de abril de 2025; **Requerimento n.º 890/2025**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, solicitando o registro e o envio de votos de pesar à família pelo falecimento da Sr.^a Pierina Basp Silvestre, ocorrido no dia 27 de março de 2025; **Requerimento n.º 896/2025**, do Deputado Ricardo Arruda, solicitando o envio de expediente ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e à Ordem dos Advogados do Brasil Seção Paraná, acerca dos fatos ocorridos no Supremo

Tribunal Federal no dia 22 de abril de 2025; **Requerimento n.º 897/2025**, dos Deputados Ricardo Arruda e Delegado Tito Barichello, solicitando o envio e registro de moção de repúdio ao Conselho Estadual de Saúde do Paraná, em razão do posicionamento favorável à obrigatoriedade da exigência da vacinação contra a COVID -19 para crianças de 6 meses a menores de 5 anos de idade.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: Requerimento n.º 858/2025, do Deputado Anibelli Neto, requerendo a indicação, em nome do Bloco MDB-SD-PSB, dos integrantes da Comissão Especial COP-30, Oportunidades e Desafios na Convivência com as Mudanças Climáticas: Deputada Marli Paulino como membro titular e Deputado Anibelli Neto como membro suplente; **Requerimento n.º 859/2025**, dos Deputados Luiz Claudio Romanelli e Reichembach, requerendo a indicação do Deputado Luiz Claudio Romanelli como membro titular na composição da Comissão Especial denominada “COP-30 - Oportunidades e Desafios na Convivência com as Mudanças Climáticas; **Requerimento n.º 863/2025**, da Deputada Luciana Rafagnin, requerendo a indicação da Deputada Ana Júlia como membro titular e do Deputado Arilson Chiorato como membro suplente para a Comissão Especial do Empreendedor; **Requerimento n.º 864/2025**, da Deputada Luciana Rafagnin, requerendo a indicação da Deputada Luciana Rafagnin como membro titular e do Deputado Doutor Antenor como membro suplente da Comissão Especial do Código da Saúde Materno - Infantil; **Requerimento n.º 868/2025**, dos Deputados Alexandre Curi, Gugu Bueno e Maria Victória, requerendo a ampliação do número de membros previsto nos Requerimentos n.ºs 458 e 578/2025, que dispõem sobre a criação de Comissão Especial destinada à elaboração de estudos sobre empreendedorismo e inovação; **Requerimento n.º 893/2025**, da Deputada Luciana Rafagnin, requerendo a alteração de membros do Bloco PT/PDT na Comissão de Finanças e Tributação, passando a ter o Deputado Arilson Chiorato como membro titular e o Deputado Professor Lemos como membro suplente; **Requerimento n.º 894/2025**, da Deputada Luciana Rafagnin, requerendo a alteração de membros do Bloco

PT/PDT na Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais, passando a ter a Deputada Ana Júlia como membro titular e o Deputado Renato Freitas como membro suplente; **Requerimento n.º 895/2025**, do Deputado Requião Filho, requerendo a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei sob o n.º 125/2023; **Requerimento n.º 898/2025**, do Deputado Delegado Jacovós, requerendo a inclusão do Deputado Delegado Jacovós na coautoria do Projeto de Lei n.º 262/2025, de autoria do Deputado Batatinha.

Justificativas de ausências.

Deferidos conforme o art. 97, § 4.º, do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês ausência injustificada): **Requerimento n.º 860/2025**, da Deputada Luciana Rafagnin, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 23 de abril de 2025; **Requerimento n.º 861/2025**, do Deputado Paulo Gomes, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 23 de abril de 2025; **Requerimento n.º 862/2025**, do Deputado Requião Filho, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 15 de abril de 2025; **Requerimento n.º 867/2025**, da Deputada Mabel Canto, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 23 de abril de 2025.

Deferido conforme o Inciso III, do art. 168 do Regimento Interno: **Requerimento n.º 865/2025**, do Deputado Ney Leprevost, requerendo autorização para se ausentar do País no período de 27 de abril de 2025 a 3 de maio de 2025, para tratar de assuntos particulares, com recursos próprios, sem ônus para o Poder Legislativo.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, IV do Regimento Interno (Deputado que, por indicação do Presidente estiver representando a Assembleia): **Requerimento n.º 866/2025** do Deputado Ney Leprevost, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 28 e 29 de abril de 2025.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, II do Regimento Interno (em decorrência de viagem para acompanhar o Governador do Estado): **Requerimento n.º 891/2025** da Deputada Ana Júlia, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 8 de abril de 2025.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, III do Regimento Interno (em decorrência de audiência ou evento com o Ministro): **Requerimento n.º 892/2025** da Deputada Ana Júlia, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 23 de abril de 2025.

Requerimento Prejudicado.

Requerimento n.º 884/2025, do Deputado Márcio Pacheco, solicitando dispensa de votação de Redação Final para o Projeto de Lei n.º 66/2025. **Prejudicado o Requerimento.** (O Projeto de Lei n.º 66/2025 recebeu emenda nesta Sessão Ordinária e saiu de pauta, não podendo ser apreciado em 2.º Turno.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando duas outras para amanhã, terça-feira, dia 29, às 9 horas da manhã, com as seguintes **Ordens do Dia: Sessão Ordinária de terça-feira** - Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 11/2024, 652/2024, 722/2024 e 158/2025 e dos Projetos de Decreto Legislativo n.ºs 3/2025 e 5/2025, 2.º Turno dos Projetos de Lei n.ºs 621/2024 e 182/2025, 1.º Turno dos Projetos de Lei n.ºs 227/2025 e 228/2025 e Turno Único dos Projetos de Lei n.ºs 454/2024 e 71/2025; **Sessão Ordinária de quarta-feira, antecipada para terça-feira** - Redações Finais dos Projetos de Lei n.ºs 454/2024, 621/2024, 71/2025 e 182/2025, 2.º Turno dos Projetos de Lei n.ºs 227/2025 e 228/2025, 1.º Turno do Projeto de Lei n.º 226/2025 e Turno Único dos Projetos de Lei n.ºs 288/2024, 456/2024 e 117/2025.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h35, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)